



Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ nº 04.416.923/0001-80

Relatório da Administração

A ETEP auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:
Dados operacionais:
Disponibilidade (%) 98,81% 100,00%
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado.
Pesquisa e desenvolvimento - P&D: Em 2021, a ETEP realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2021/2022; 2. Fadiga de cabos de alumínio liga (CAL) 1120 e 6201; Estudo comparativo, efeito de grampos AGS e de emendas pré-formadas; 3. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção

Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.197	10.957	8.976
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		4.526	4.338	4.944
Ativo contratual da concessão	5	51.656	47.214	64.455
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		11	9	11
Outros tributos compensáveis		62	62	182
Dividendos a receber		3.118	1.116	-
Outros ativos		1.125	2.056	1.332
		67.895	65.752	79.907
Ativo não circulante				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		1.130	991	1.206
Ativo contratual da concessão	5	335.631	304.561	459.330
Outros ativos		1.321	1.321	4.874
Investimentos	6	125.226	118.194	-
Imobilizado		22.455	17.673	22.522
Intangível		11	10	19
		485.774	442.750	487.951
Total do ativo		553.469	508.502	567.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série; 4. Desenvolvimento do Sistema de Realidade Virtual e Aumentada para Treinamento e Auxílio à Manutenção; e 5. Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de qualidade de energia e tomada de decisões em linhas de transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbta.com.br.
Responsabilidade social: Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ETEP apoiou em 2021 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Barueri Volleyball Club. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos debêntures e arrendamento mercantil	7	16.729	14.056	16.742
Fornecedores		789	886	1.442
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.862	2.568	2.999
Outros tributos a pagar		1.244	1.390	1.370
Dividendos a pagar	11	6.799	14.270	6.799
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	3.984	3.140	4.835
Outros passivos		3.800	8.433	4.033
		36.227	44.743	38.220
Passivo não circulante				
Empréstimos debêntures e arrendamento mercantil	7	167.556	124.026	167.569
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	84.982	69.650	89.139
Provisão para demandas judiciais	10	7	7	7
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	22.319	20.253	30.545
		274.864	213.936	287.260
Total do passivo		311.091	258.679	325.480
Patrimônio líquido				
Capital social	11	127.262	127.262	127.262
Reservas de lucros	11	85.415	79.750	85.415
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	11	29.701	42.811	29.701
		242.378	249.823	249.823
Total do passivo e do patrimônio líquido		553.469	508.502	567.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Reservas de lucros				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	120.555	24.111	6.707	79.649	50.364	-	281.386
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(42.848)	(50.364)	-	(93.212)
Aumento de capital	6.707	-	(6.707)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	75.919	75.919
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	1.341	-	-	-	(1.341)	-
Incentivo fiscal	-	-	7.485	-	-	(7.485)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.270)	(14.270)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	42.811	(42.811)	-
Reserva de lucro do exercício (adequação ao Ofício CVM 04/2020)	-	-	-	10.012	-	(10.012)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	127.262	25.452	7.485	46.813	42.811	-	249.823
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(42.811)	(42.811)	-	(85.622)
Distribuição de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(25.249)	-	-	(25.249)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	78.164	78.164
Destinação proposta à A.G.O.:							
Incentivo fiscal	-	-	7.965	-	-	(7.965)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(10.750)	(10.750)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	29.701	(29.701)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	22.949	-	(22.949)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.262	25.452	15.450	44.513	29.701	-	242.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olímpica, 65 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. A ETEP e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Participação	Concessionária	Prazo	Vigência	Redução de 50% da RAP a partir de 16º ano	Data de entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir de 16º ano
100%	ETEP	04/2001	30/2031	Sim	ago/02	Sim
100%	ESDE (**)	02/2009	30/2039	Sim	fev/13	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. (***) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 16.293 para ESDE. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETEP e sua controlada entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa "Ativo contratual da concessão".

1.1. Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão da Covid-19, a Companhia e sua controlada adotaram medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de 18 de outubro de 2021, os colaboradores do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de caixa híbrida e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; teste semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização substancial de deles. A Companhia e sua controlada mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. O negócio da Companhia e sua controlada apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M na ETEP e IPCA na ESDE) e de longo prazo, assegurada quando modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e sua controlada não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e sua controlada que pudessem requerer divulgação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2021. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a ETEP e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento do reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da ETEP e de sua controlada avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base das características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicial ou o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP revisa as receitas que a ETEP e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados a margem de estadia para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:**

Razão social

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. Controlada 100,00% 100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receba a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhoria das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiao o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de Juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.2. Ativo contratual de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre de 7,85% a.a. a 11% a.a. (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificados separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias; Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias. Os bens ficam mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os pronunciados deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após a reconhecimento inicial. **3.4. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas. **3.5. Provisão para redução ao provável valor de ativos:** A Administração da ETEP e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a ETEP e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.6. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraiados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.7. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Encargos regulatórios:** Os encargos

Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2021, os resultados da ETEP foram:

	Regulatório	Sociário
Lucro líquido	36.614	78.164
EBITDA	46.432	90.982

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradores, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ETEP.

A Diretoria

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de operação e manutenção	14.388	11.710	17.380	14.519
Remuneração do ativo contratual da concessão	90.598	88.779	112.958	101.894
(-) Parcela variável	(7.897)	-	(7.898)	(278)
Resultado operacional líquido	13	97.449	100.489	122.440
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	(1.762)	(1.683)	(1.887)	(1.727)
Material e serviços de terceiros	(2.654)	(2.406)	(3.978)	(3.633)
Depreciação e amortização	(2.077)	(1.632)	(2.077)	(1.632)
Reversão de contingências	-	-	-	1

→ continuação

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - CNPJ nº 04.416.923/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

Movimentação do ativo contratual da concessão

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	300.542	421.789
Receita de operação e manutenção	12.412	15.443
Remuneração do ativo contratual da concessão (-) Parcela variável	95.813	109.987
	(56.992)	(300)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(56.992)	(69.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	351.775	476.981
Receita de operação e manutenção	15.506	18.730
Remuneração do ativo contratual da concessão (-) Parcela variável	98.023	121.726
	(8.511)	(8.512)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(69.506)	(85.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	387.287	523.785
Ativo contratual da concessão - circulante	51.656	64.455
Ativo contratual da concessão - não circulante	335.631	459.330
Total circulante e não circulante	387.287	523.785

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETEP e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. EMPRÉSTIMOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Total
Debêntures 3ª emissão	26	10.990	5.506	16.522
Debêntures 4ª emissão	1.097	(48)	49.850	50.899
CCB	868	(190)	91.533	92.211
Arrendamento mercantil	—	3.986	20.667	24.653
	1.991	14.738	167.556	184.285
			138.082	1.991
			14.751	167.569
			184.311	138.125

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 3ª emissão de debêntures o montante é de R\$35 e R\$92, respectivamente. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures e dos arrendamentos mercantis da ETEP:

Empresas operacionais	Data da Contratação		Vencimento		Principal contratado		Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
							Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Debêntures 3ª emissão	ETEP (*)	jun/18	jun/23	45.000	112% do CDI	Mensal	Mensal			
Debêntures 4ª emissão	ETEP (*)	abr/21	abr/26	50.000	1,90% + CDI	Mensal	Mensal			
Banco Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	2,90% + CDI	Mensal	Mensal			

(*) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que, em 31 de dezembro de 2021, atualizado pelo IGP/M, era de R\$ 279.282 para a 3ª e 4ª emissão de debêntures e para a Cédula de Crédito Bancário - CCB.

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures. A Administração da ETEP e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas as obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	69.589	69.647
Ingresso de dívidas	89.232	89.228
Juros e variação monetária	6.814	6.823
Amortização do principal e dos juros	(27.553)	(27.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	138.082	138.125
Ingresso de dívidas	49.771	49.771
Juros e variação monetária	19.752	19.750
Amortização do principal e dos juros	(23.320)	(23.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.285	184.311

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2023	33.952	33.964
2024	48.020	48.021
2025	49.886	49.886
2026	26.967	26.967
2027	1.977	1.977
Após 2027	6.754	6.754
	167.556	167.569

Ativo fiscal diferido

Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14

Subtotal (4.025) 1.262 (2.763) 104 (2.659)

Passivo fiscal diferido

Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14

Adequação ao Ofício CVM 04/2020 56.241 19.558 (681) 75.799 15.847 91.646

Outros itens 530 (169) 47 408 (271) 15 152

Subtotal 56.090 20.070 47 76.207 15.576 15 91.798

IRPJ e CSLL diferidos, líquido

52.065 21.332 47 73.444 15.680 15 89.139

9. CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS REGULATÓRIOS DIFERIDOS

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora	Consolidado
PIS e COFINS diferidos	14.437	12.839
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	10.284	9.147
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.582	1.407
	26.303	23.393
Passivo circulante	3.984	3.140
Passivo não circulante	22.319	20.253
	27.000.000	27.000.000

10. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Perda provável: Na controladora e no consolidado, o montante de R\$ 7 refere-se a uma causa trabalhista (R\$ 7 referente a uma causa trabalhista em 31 de dezembro de 2020). **Perda possível:** Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a ETEP e sua controlada não possuem demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como "possível".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 127.282, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Volante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	18.000.010	100,00%	100,00%

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, formem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e sua controlada passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 5, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 387.287 mil para a controladora e R\$ 532.785 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e sua controlada à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e sua controlada em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfielta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão

6. INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
ESDE	113.899	13.411
Resultado de equivalência patrimonial	13.411	—
Dividendos declarados	(9.116)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	118.194	13.411
Resultado de equivalência patrimonial	21.997	—
Dividendos declarados	(14.965)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	125.226	13.411

A ETEP reconhece, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o investimento em controlada por meio do método de equivalência patrimonial.

	31/12/2021	31/12/2020
Dados controlada ESDE:		
Total do ativo	142.733	132.544
Total do passivo	17.507	14.350
Patrimônio líquido	125.226	118.194
Receita líquida	24.991	15.646
Lucro líquido do exercício	21.997	13.411
Quantidade de ações	72.835.845	72.835.845

Participação da ETEP: Quantidade de ações no capital social **no resultado** **no patrimônio líquido**

	31/12/2021	31/12/2020
Quantidade de ações no capital social	72.835.844	72.835.844
no resultado	100,00%	100,00%
no patrimônio líquido	21.997	13.411
	125.226	118.194

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPQ 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, OCPQ 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	no resultado	31/12/2020	no resultado
Reconhecido	4.025	1.262	(2.763)	104
Reconhecido	(4.025)	1.262	(2.763)	104

Ativo fiscal diferido

Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14 (4.025) 1.262 (2.763) 104 (2.659)

Passivo fiscal diferido

Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14 52.161 19.783 71.944 15.498 87.442

Adequação ao Ofício CVM 04/2020 (385) 385 (469) (270) 199

Outros itens 641 (172) 469 (271) 15 152

Subtotal 52.417 19.996 72.413 15.228 87.641

IRPJ e CSLL diferidos, líquido

48.392 21.258 69.650 15.332 84.982

11.2. Reservas de lucro: 11.2.1 Reserva legal:

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 25.452. **11.2.2 Reserva de incentivo fiscal:** Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do imposto de renda. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 15.450 (R\$ 7.486 em 31 de dezembro de 2020). **11.2.3 Reserva de retenção de lucros:** Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 44.513 (R\$ 46.813 em 31 de dezembro de 2020). **11.2.4 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ETEP, os acionistas terão direito a receber com dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Lucro líquido do exercício

Incentivo fiscal 78.164 75.919

Constituição da reserva legal (*) (7.965) (7.485)

Base de cálculo de dividendos 70.199 67.993

Dividendos mínimos obrigatórios (6.799) (14.270)

Dividendos intermediários (10.750) —

Dividendos adicionais propostos (29.701) (42.811)

Reserva de retenção de lucros (22.949) —

Absorção reserva de lucro do exercício (Adequação ao Ofício CVM 04/2020) — (10.012)

Saldo de lucros acumulados

(*) A reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, portanto não houve constituição no exercício de 2021.

12. PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 669 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 611 em 31 de dezembro de 2020), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2021, a ETEP não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	105.018	108.225
Receita de operação e manutenção	15.506	12.612
Remuneração do ativo contratual da concessão (-) Parcela variável	98.023	95.613
Deduções da receita operacional	(7.569)	(7.736)
PIS	(686)	(706)
COFINS	(3.166)	(3.256)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.731)	(2.814)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(566)	(527)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(420)	(433)
Receita operacional líquida	97.449	100.489

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	7.160	2.994
Receita de aplicações financeiras	216	428
Juros ativos	92	6
Outras receitas financeiras	6.852	2.560
Despesas financeiras	(20.546)	(7.029)
Encargos sobre debêntures, empréstimos e arrendamentos	(19.752)	(6.814)
Variação monetária	(675)	(102)
Outras despesas financeiras	(1.119)	(113)
Resultado financeiro líquido	(13.389)	(4.035)